

**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil nº 06.2020.00002382-3**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **Lúcio Postai**, brasileiro, casado, operário, CPF 789.718.709-92, carteira de identidade n. 2.833.603, filho de Claudino Postai e Erna Dada Postai; **Tasiane Klann Postai**, brasileira, casada, balconista, CPF 714.552.729-49 e carteira de identidade n. 2.346.083-0, filha de Almiro Klann e Vali Venske Klann, e; **Jacinto Postai**, brasileiro, solteiro, lavrador, CPF 789.712.099-68, carteira de identidade n. 1.608.386, filho de Claudino Postai e Erna Dada Postai, todos residentes na Estrada Geral Tirol, s/nº, Bairro Claraíba, no Município de Nova Trento/SC, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00002382-3, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que: *"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando*

*assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]"*

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas fôrmas*";

**CONSIDERANDO** que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente, localizadas em cada posse ou propriedade, são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente são instrumentos de relevante interesse ambiental que integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações, nos termos das Resoluções n.º 302 e 303 do CONAMA;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento deste subscritor, através de visita realizada no pedido de desmembramento formulado pelos Representados, que os mesmos estão ocupando, com pastagem, a área de preservação permanente existente na área a ser desmembrada e na área remanescente;

**CONSIDERANDO** que a partir disso foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2020.00002382-3, tendo os Representandos, como condição para o deferimento do pedido de desmembramento manifestado interesse em celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta;

## RESOLVEM

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas a fim de minimizar o impacto causado ao meio ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

### 1. DO OBJETO

**Cláusula Primeira:** este termo tem como objeto a reparação de dano ambiental causado pelos **COMPROMISSÁRIOS**, em uma área de 20,487,60m<sup>2</sup> considerada de preservação permanente (APP 1 + APP 2), localizada na Estrada Geral Tirol, Bairro Claraíba, no Município de Nova Trento, conforme memorial descritivo de fl. 43 e levantamento de fls. 45-48, inserida em uma área maior, devidamente registrada no Cartório de Imóveis desta Comarca sob o nº 2.345.

### 2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

**Cláusula Segunda:** os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem na obrigação de fazer consistente em recuperar o dano ambiental causado na área descrita na Cláusula anterior, devendo, para tanto:

a) desocupar integralmente a área considerada de preservação permanente, respeitando a faixa de 30 metros da margem do curso d'água, indicada às fls. 45-48, retirando todo e qualquer material e/ou animal existente no local;

b) isolar a área de preservação permanente, por meio de instalação de cercas (podendo ser de arame farpado), evitando assim a entrada de agentes degradantes e que venham a colocar em risco as atividades de recuperação;

c) recompor a mata ciliar com o plantio de espécies nativas, mediante orientação e acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC.

**Parágrafo Único:** as obrigações previstas nesta Cláusula deverão ser realizadas no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), contados da assinatura do presente Termo.

**Cláusula Terceira:** os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de averbar na matrícula do imóvel a ser desmembrado, como também na matrícula da área remanescente, as áreas de preservação permanente, respeitando-se a metragem existente em cada lote, conforme indicado no memorial descritivo de fl. 43, com a indicação das coordenadas geográficas, bem como averbar o presente Termo de Ajustamento de Condutas em ambas as matrículas.

**Parágrafo Único:** a averbação deverá ser realizada às expensas dos **COMPROMISSÁRIOS**, no prazo máximo de 30 (trinta), a contar da aprovação do pedido de parcelamento de solo, autuado nesta Promotoria de Justiça sob o nº 07.2020.00008871-7.

**Cláusula Quarta:** os **COMPROMISSÁRIOS** anuem com a obrigação de não fazer, consistente em não promover nenhuma intervenção na área de preservação permanente, sem prévia autorização dos órgãos ambientais competentes (IMA).

**Parágrafo Único:** ficam os **COMPROMISSÁRIOS** autorizados a criar um corredor de passagem na área de preservação permanente, inserida na área remanescente, identificada no memorial descritivo de fl. 43 como APP 2, destinado exclusivamente para o acesso dos animais ao curso d'água, desde que devidamente demarcado e com no máximo 2 (dois) metros de largura.

**Cláusula Quinta:** em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, seja da área remanescente ou da área a ser desmembrada, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

**Parágrafo Primeiro:** se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento.

**Parágrafo Segundo:** se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

### **3. DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula Sexta:** a fiscalização acerca da preservação da área de especial proteção prevista neste Termo, Cláusula Primeira, será realizada pelos órgãos de proteção ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, a requerimento do Ministério Público, quando se fizer necessário, ficando, desde já estabelecido que será requisitada vistoria *in loco*, sem aviso prévio.

**Parágrafo Primeiro:** se durante a fiscalização ficar constatada a necessidade de elaboração de um Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD), os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer, consistente na elaboração de referido projeto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da entrega da notificação a ser expedida pelo Ministério Público, devendo, em igual prazo, ser submetido a análise e aprovação do Órgão Ambiental Competente (IMA).

**Parágrafo Segundo:** o PRAD que será aprovado pelo Órgão Ambiental integra este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão.

**Parágrafo Terceiro:** as ações previstas no PRAD serão executadas conforme cronograma aprovado pelo Órgão Ambiental e deverão estar concluídas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da aprovação.

**Parágrafo Quarto:** após aprovado o PRAD pelo Órgão Ambiental, a cada 6 (seis) meses os **COMPROMISSÁRIOS** remeterão a esta Promotoria de Justiça relatório de acompanhamento do PRAD, contendo a descrição das atividades realizadas e fotografias do local, por profissional devidamente inscrito no órgão de classe.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula Sétima:** o **COMPROMITENTE** compromete-se a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta e também se compromete a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos.

**Parágrafo Único:** eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

## 5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Oitava:** o descumprimento ou violação de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a área a ser desmembrada (2.568,93m<sup>2</sup>) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a área remanescente (196.731,07m<sup>2</sup>), exigíveis dos **COMPROMISSÁRIOS**, cujo valor incidirá isoladamente sobre cada matrícula respectiva, bem como será atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, que será revertida em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo Primeiro:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

**Parágrafo Segundo:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

**Parágrafo Terceiro:** para assegurar o cumprimento de todas as condicionantes pactuadas no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, os **COMPROMISSÁRIOS** dão em garantia ao compromisso assumido, a área de 196.731,07m<sup>2</sup>, descrita como "Área Remanescente", indicada no memorial descritivo de fl. 43, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, com todas as benfeitorias existentes ou que vierem a existir, mesmo que eventualmente não averbadas.

## 6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula Nona:** as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**Cláusula Décima:** este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Parágrafo Primeiro:** eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

**Parágrafo Segundo:** o presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

**Cláusula Décima Primeira:** o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em seis vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 5 de junho de 2020.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Lúcio Postai**  
Compromissário

**Tasiane Klann Postai**  
Compromissário

**Jacinto Postai**  
Compromissário